

## A Matriz Curricular do Curso de Administração Pública e o Projeto Rondon: Trabalhando o Desenvolvimento Local na Extensão Universitária

*Curriculum of Public Management Bachelor Course in Brazil and Rondon's Project: Working Local Development and University Extension*

**Nathália Cândido Da Silva**<sup>1</sup>  
**Sabrina Gomes Dos Santos**<sup>2</sup>  
**Breno de Paula Andrade Cruz**<sup>3</sup>  
**Fernanda Santos de Souza Ayres**<sup>4</sup>  
**Sonia Maria Martins Passos**<sup>5</sup>

### RESUMO

O Brasil possui muitos problemas relacionados à desigualdade social e econômica. Um dos caminhos para resolver este problema histórico poderia ser pensado por meio da Extensão Universitária. Nossa experiência sistematizada neste artigo evidencia que cursos do Campo de Públicas, por meio da Extensão Universitária, podem ajudar a sociedade na efetivação da democracia e do desenvolvimento local. O Projeto Rondon leva estudantes, professores e instituições para estados com problemas sociais e econômicos no Brasil (por exemplo, estados das regiões Norte e Nordeste). Nosso objetivo neste artigo é discutir o currículo do curso de graduação em Administração Pública e sua relação com as ações e as ideias do Projeto Rondon. Por meio de um Estudo de Caso Descritivo (YIN, 2005) utilizando na coleta de dados entrevistas pessoais e análise documental, entende-se existir aderência entre a matriz curricular do curso em análise e a proposta do Projeto Rondon, visto que o curso em análise (por meio de alguns estudantes) atende às demandas do mercado de trabalho do futuro gestor público, especificamente Cultura, Saúde, Direitos Humanos, Educação e Justiça. Os resultados deste estudo demonstram que: (i) os estudantes do curso de graduação em Administração Pública desta IES estão preparados para competirem em sistema de avaliação às cegas com projetos de outras instituições (geralmente escritos por professores); (ii) o currículo parece atender às demandas do mercado de trabalho do futuro gestor público; e (iii) os estudantes podem aprender na prática a pensar e planejar futuramente políticas públicas entendendo a importância da atuação *in lócus*.

**Palavras-chave:** Matriz Curricular; Administração Pública; Projeto Rondon; Desenvolvimento Local; Extensão Universitária.

### ABSTRACT

Brazil has too many troubles involving social and economical inequality among citizens. One of various ways to solve this historical trouble could be use the universities (students and professors) to help people. We understand that bachelor courses in Public field (as Public Policies, Public Management and parts of these courses) at Brazilian universities can help society to have more power to decide their way in a democracy state. Rondon's Project works trying to bring students, professors and universities to Brazilian reality in poor states in the

<sup>1</sup> Graduanda em Administração Pública (UFRRJ); Bolsista de Iniciação Científica CNPq; Técnica em Informática (CEFET - MG). E-mail: [nathaliacandido@hotmail.com.br](mailto:nathaliacandido@hotmail.com.br).

<sup>2</sup> Graduada em Administração Pública (UFRRJ); Técnica em Administração (ETEOT/FAETEC). E-mail: [sabrina.g.santos@hotmail.com](mailto:sabrina.g.santos@hotmail.com).

<sup>3</sup> Professor Adjunto da UFRRJ; Pesquisador Faperj; Vice-coordenador do curso de graduação em Administração Pública da UFRRJ; Coordenador do Projeto Rondon na UFRRJ; Doutor em Administração (Eaesp - FGV); Mestre em Administração Pública (Ebape- FGV); Administrador (UFLA). E-mail: [brenocruz@ufrrj.br](mailto:brenocruz@ufrrj.br).

<sup>4</sup> Graduada em Administração Pública (UFRRJ); Graduada em Direito; Especialista em Direito Público; Técnica em Administração de Empresas (SENAC). E-mail: [nandasouzabib@yahoo.com.br](mailto:nandasouzabib@yahoo.com.br).

<sup>5</sup> Graduada em Administração Pública (UFRRJ). E-mail: [tsonm.passos@iq.com.br](mailto:tsonm.passos@iq.com.br).

**Nota dos autores:** A versão preliminar deste artigo foi indicada ao Prêmio Lince 2015 no XIV Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas - ENEAP.

north and northeast regions in Brazil. Analyzing Rondon's Project our goal here is to discuss the curriculum of a bachelor course in Public Management and the relationship between this curriculum and Rondon Project's ideas and actions. Through a Descriptive Case Study (2005, Yin) is found athwart a documental analysis and massive interviews with authorial students from the approved proposition in the Rondon Project's (2015, January) notice the adherence of the technical and professional content in the graduation course from a public federal institution of higher education to the demands from the labor market - specifically Health, Education, Culture, Human Rights and Justice related themes. Our results in this paper show: (i) students from Public Management bachelor course were prepared to write a competitive project in a blind review selection involving more than 200 others projects; (ii) the curriculum seen to be linked to public market demand; and (iii) students learn in a practical way to think and to plan in the future public policies.

**Keywords:** Curriculum; Public Management; Rondon Project; Local Development; University Extension.

## 1. INTRODUÇÃO

O contexto de diversas demandas dos cidadãos ao Estado evidencia um conjunto de carências em diversos eixos que impactam na qualidade de vida destes sujeitos. O conceito de Desenvolvimento Local é construído a partir da noção de desenvolvimento humano considerado pela Organização das Nações Unidas - ONU. Mas considerar somente o desenvolvimento humano seria negligenciar duas outras dimensões importantes: a cidadania e o não-desenvolvimento local - que está à margem da periferia do capitalismo (OLIVEIRA, 2001).

Especificamente em relação à cidadania, o slogan do Projeto Rondon é “Lição de Vida e Cidadania”, o que nos ajuda a compreender o perfil extensionista das ações (lição de vida para os alunos que têm contato com realidades carentes em diversos aspectos); e cidadania em função de oferecer aos cidadãos que recebem a intervenção a possibilidade de ter acesso a direitos sociais básicos presentes na Constituição Federal de 1998. A extensão universitária é um caminho produtivo para trazer benefícios para a sociedade, para a instituição e para os futuros profissionais no exercício do Desenvolvimento Local.

A curricularização da Extensão Universitária, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) - Decreto-Lei n. 6.495/2008, é uma realidade nas instituições de ensino superior no Brasil ao possibilitar um alinhamento entre a aplicação dos conhecimentos produzidos nas diversas universidades (não somente as públicas) às demandas do cidadão e da sociedade. Em outras palavras, o conhecimento produzido pode estar acessível à população. Especificamente para professores e alunos do Campo de Públicas, o alinhamento da teoria à prática por meio da Extensão Universitária tem demonstrado em algumas experiências (Cruz *et al.*, 2010) a importância dessas ações na formação dos discentes e dos professores, além de gerar impactos positivos para as populações que são beneficiadas pelos conjuntos de ações desenvolvidas pelos grupos extensionistas no Campo de Públicas.

Demarcando os conceitos, Pires *et al.* (2014) se referem ao Campo de Públicas como um vasto terreno de conhecimentos voltados para gestão da coisa pública e abrange cursos de ensino superior, como Administração Pública (AP), Gestão Social, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico Social e Gestão de Políticas Públicas. Conforme apontam os autores, esta área de conhecimento, se originou de uma mobilização do curso de graduação em Administração Pública que muito lutou para a consolidação de sua identidade, pois, a mesma era considerada um ramo do curso de administração de empresas. E, é por meio da Resolução Nº. 1, de 13 de janeiro de 2014 da Câmara Nacional de Educação que a demanda de docentes e discentes se concretiza por meio da criação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Públicas.

Considerando a atuação profissional do egresso do Campo de Públicas, ações que promovam o desenvolvimento local e a cidadania podem ser efetivadas por meio da extensão universitária, sendo o Projeto Rondon um caminho robusto já consolidado em meio à comunidade acadêmica na implementação de tais ações. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar como a matriz curricular de um curso de graduação em Administração Pública de uma IES pública no estado do Rio de Janeiro contribui para o desenvolvimento local de uma cidade no interior do estado da Paraíba (PA) em uma das operações do Projeto Rondon. Especificamente, busca-se: (i) destacar, à luz da matriz curricular, o processo de elaboração e aprovação da proposta da Operação Porta Sol conduzida por discentes do curso; (ii) o trabalho desenvolvido no município considerando o eixo Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça; e, (iii) o aprendizado - a lição de vida - dos futuros profissionais formados no Campo de Públicas.

Este trabalho se torna relevante por algumas razões, tais como: (a) o fato de alguns docentes e discentes separarem Ensino, Pesquisa e Extensão - sendo este artigo uma evidência de que o Ensino implicou na elaboração e aprovação de uma proposta extensionista; o alinhamento dos conhecimentos técnicos à

intervenção no campo (Extensão); e, a Pesquisa por meio da divulgação à comunidade dos resultados das atividades associadas ao Ensino e à Extensão. Outro aspecto é a recente legitimação do Campo de Públicas diante do MEC e de outros atores, que embora existente anteriormente sem esta nomenclatura tem agora os primeiros trabalhos de pesquisa analisando os cursos de graduação englobados na Resolução 1 de 13 de janeiro de 2014 (CNE/CES). O terceiro aspecto diz respeito à relevância do Projeto Rondon nas ações extensionistas no país, visto que desde seu retorno em 2005, mais de 780 municípios, 272 IES e 18 mil discentes participaram em 137 no Brasil (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

## 2. PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A globalização sem dúvida foi um marco no início do século XXI, com seus ideais de progresso, liberdade, racionalidade e igualdade (GIL, OLIVA, SILVA, 2007). Contudo, Santos (2001) discorre sobre a existência de três visões acerca do tema: a “globalização como fábula”, “globalização como perversidade” e “uma outra globalização”. A primeira é defendida como o mundo no qual nos fazem crer, um mundo em que as distâncias são curtas e as notícias são disseminadas e podem ser acessadas de forma instantânea, mesmo que as tais não informem realmente as pessoas, o mercado em nível global busca por uma homogeneização que pelo contrário acentua as diferenças locais. A globalização revela seu caráter perverso quando os ideais de igualdade, progresso, liberdade e racionalidade mostram-se falhos face aos grandes abismos entre classes sociais, avanço vertiginoso no número de desempregados, a fome, mortalidade infantil, precarização da educação e a disseminação de doenças.

A “outra globalização” é o cenário que deveríamos ter, onde a globalização se atentasse para as consequências de seu lado perverso, um sistema que seja mais humano, que possa atender a interesses sociais e políticos e não somente a interesses econômicos. Segundo o autor, os elementos que viriam a contribuir para esta construção seria: a miscigenação de povos, culturas, valores, gostos, credos a nível mundial, promovendo o engajamento dessas pessoas no constructo de uma nova realidade, possibilitando assim uma outra globalização, uma nova visão de mundo. Essa necessidade de tornar a busca pelo desenvolvimento em algo mais humano, considera que os indivíduos assumem o papel ambíguo de sujeitos do desenvolvimento e beneficiários (MARTINS, 2002).

Yáñez (1997) discorre sobre a impotência de atores locais no enfrentamento das dificuldades geradas pela globalização, quando esta relaciona-se com os processos de desenvolvimento econômico local. Porém, Han (2009, pg. 1), defende que o desenvolvimento local é um “grande desafio frente às disparidades e desigualdades sociais”. Vale ressaltar que não podemos associar o desenvolvimento apenas a questão econômica, é preciso pensar o desenvolvimento de uma forma mais humana, em que os indivíduos são valorizados e no qual a expansão econômica vise a redução das carências e martírios enfrentados. (MARTINS, 2002).

O desenvolvimento local também pode ser analisado como um processo interiorizado que tem a capacidade de estimular a economia e, além disso a promoção de melhores condições de vida à população de um delimitado território (BUARQUE, 1999; OLIVEIRA, 2001; MARTINS, VAZ e CALDAS, 2010). Ele também pode ser entendido como a possibilidade de determinação de recursos disponíveis e necessidades que precisam ser satisfeitas, sejam elas de ordem pessoal, de comunidade, das coletividades, dos municípios, e da sociedade em si (ESCUDERO e LIRA, 2012; MARTINS, 2002).

Há de se perceber que a ideia de desenvolvimento está intrinsecamente ligada à questão econômica de um dado espaço, porém, ele deve ser pensado principalmente em prol das pessoas e no ambiente (HAN, 2009). Argumenta-se ainda que a sociedade deva buscar se conscientizar e reivindicar seus direitos e não somente sua emancipação econômica (CARVALHO, 2002). Por mais que a localidade dependa da influência de um agente com mais força política e econômica (agente externo) para realizar significativas

mudanças em sua infraestrutura e economia, o desenvolvimento local também requer a atuação de entes locais (agentes internos) em torno de um projeto coletivo. Caso não ocorra, há a probabilidade das influências externas não serem incorporadas efetivamente na estrutura social, econômica e cultural do local (BUARQUE, 1999).

Um dos aspectos a serem levados em conta na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento é a criação de subsídios a fim de envolver todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento introduzindo dinâmicas de parcerias e cooperação as iniciativas e ações de desenvolvimento (ESCUDEIRO e LIRA, 2012). Neste sentido, entender as universidades como promotoras da disseminação do conhecimento na sociedade é um importante caminho para aproximar as demandas da sociedade (especificamente de grupos em situação de vulnerabilidade) às possibilidades e soluções que são possíveis por meio da extensão universitária.

A sociedade neste contexto é ator essencial para que os ganhos provenientes (melhorias na qualidade de vida) do desenvolvimento local sejam uma realidade. Para tanto, é necessário um ambiente favorável de participação social direta, principalmente no que concerne a tomada de decisões, consolidando o conceito de democracia participativa ou administração pública societal, que tem por característica principal a atuação ativa dos cidadãos nos processos decisórios (PAULA, 2005). Todo este cenário sobre desenvolvimento local revela o quão importante é a participação da sociedade no processo de construção de ambientes com melhores condições de vida, com isso, vale frisar que a atuação de instituições produtoras de saber, no caso, instituições de ensino superior, colaborem com a sociedade a fim de alcançar tal pleito. E uma das formas cabíveis de realizar esta interação é por meio da extensão universitária.

A extensão universitária é uma importante ferramenta de promoção do desenvolvimento, sendo esta prevista da seguinte forma nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração Pública, Art. 5º:

O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultura. (BRASIL, 2014b, pg. 2).

Visto isso, nota-se a relevância do papel atuante do universitário frente às necessidades enfrentadas pela sociedade. E o resultado dessa troca de saberes entre a universidade e a comunidade possibilita não só a promoção de melhorias na vivência da população torna-se também um diferencial na consolidação e amadurecimento do aprendizado do discente (NUNES e SILVA, 2011).

A extensão universitária, no contexto do desenvolvimento local, não negligencia a importância da dimensão econômica contida no conceito, mas destaca como relevante tal dimensão por meio de ações centrais que têm como pano de fundo também o desenvolvimento econômico. Por exemplo, uma IES fomentar por meio de estratégias extensionistas em uma região o surgimento de uma cooperativa de reciclagem de lixo possibilita a criação de renda para os cooperados que podem se encontrar em uma situação de vulnerabilidade econômica (pontual ou histórica), e, de maneira central, retarda o descarte do lixo no meio ambiente.

### 3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROJETO RONDON

A educação superior possui três pilares: Ensino, Pesquisa e Extensão. De acordo com o que foi expresso no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, a extensão universitária se caracteriza como um "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade" (FORPROEX, 1987, p. 11). O Plano Nacional de Educação, instituído no ano de 2014, prevê a extensão universitária como uma atividade a ser desenvolvida em prol da sociedade e a coloca como uma estratégia através da deliberação de:

[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

Os cursos de nível superior devem organizar-se de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1996). Dessa forma, para os cursos de graduação em Administração Pública, bacharelado, podem-se citar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Públicas, instituídas em 2014, que estipulam que as atividades complementares deverão dar a oportunidade de o aluno testar suas habilidades e competências e aplicar o seu conhecimento especialmente em ações de extensão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Campo de Públicas elencam certas competências e habilidades que deverão fazer parte do perfil do egresso, como atuar sobre a resolução ou prevenção de problemas públicos, analisando processos sociais, formulando projetos e desenvolvendo consciência ética. Tais especialidades devem ser desenvolvidas durante a sua formação, essencialmente interdisciplinar, através de estudos históricos e contextualizados de conteúdos que abrangem áreas como administração, ciência política e economia, entre outras. Essa base fornecida ao aluno deve levá-lo a assumir o compromisso com o desenvolvimento nacional, com a diminuição das desigualdades e o reconhecimento dos desafios presentes na realidade de diversidade cultural e regional (BRASIL, 2014b).

Como forma de efetivar a extensão universitária por meio de instituições, professores e alunos, o Projeto Rondon resurge, 15 anos depois de sua extinção (2005), com o slogan "Lição de Vida e Cidadania", compreendendo a necessidade de gestão e desenvolvimento local, discutindo-se e introduzindo indivíduos da sociedade na tentativa destes participarem da tomada de decisão, buscando, assim, o exercício da cidadania. Atuando junto às lideranças locais busca-se a melhoria da qualidade de vida, além da busca da eficiência administrativa municipal.

Partindo do pressuposto de que "devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e sentimento republicano" (ROUSSEFF, 2015), o Projeto Rondon como extensão universitária busca nas ações propostas das IES, através de seus docentes e discentes, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso ético e um sentimento solidário participativo.

Neerling (2015) considera que "...os municípios podem ser também um espaço onde surge um poder experimentalista, que trate dos problemas reais e estruturais do povo brasileiro por experimentos concretos no espaço local". E em torno desse experimentalismo difuso é que nós construiremos o ideário de um novo projeto nacional que desejamos Para isso as Universidades se colocam como agentes deste projeto produtivista e capacitador do Projeto Rondon como extensão universitária.

#### 4. METODOLOGIA

Este trabalho possui características de ordem qualitativa ao demonstrar como a matriz curricular de um curso do campo de públicas possibilita a formação de discentes preparados para atuarem em prol do desenvolvimento local por meio da extensão universitária. Neste sentido, este trabalho utilizará como método, o Estudo de Caso Descritivo - que objetiva a descrição de forma aprofundada, um contexto, variáveis, atores ou a interação entre estes (YIN, 2005). Não possui caráter conclusivo, visto que o mesmo pretende apenas descrever um fenômeno. Em outras palavras, se caracteriza como um Estudo de Caso pelo fato de analisar de maneira aprofundada um contexto (a matriz curricular de um curso de graduação no Campo de Públicas), sendo descritivo por analisar e descrever características específicas da matriz curricular e sua relação com a atuação dos discentes impactados por aquele conjunto de disciplinas profissionais no Projeto Rondon.

No que diz respeito à coleta de dados, foram utilizados dados primários e dados secundários, respectivamente: (i) entrevistas em profundidade com os discentes envolvidos na elaboração e realização da proposta submetida ao Projeto Rondon; e, (ii) análise documental. Especificamente em relação à análise documental (dados secundários), foram analisadas tanto a matriz curricular vigente no curso por meio do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como as atas das reuniões realizadas pela comissão do curso que propõe a atualização da matriz curricular.

A análise documental foi conduzida com base (i) no projeto que fora enviado para a coordenação do Projeto Rondon, (ii) nos relatórios das ações desenvolvidas no município de atuação e (iii) na matriz curricular do curso de Administração Pública da IFES estudada. Em seguida, para a categorização dos dados, trabalhou-se com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), gerando as categorias que são apresentadas como itens na seção seguinte.

#### 5. RESULTADOS

##### 5.1. Conhecendo a Matriz Curricular de um Curso de Administração Pública

O curso analisado, Administração Pública de uma Instituição Federal de Ensino Superior - IFES está estruturado em dois arcos de conhecimentos em gestão pública: Elaboração e gestão de políticas públicas e gestão de orçamento e finanças públicas. Porém, dentro deste contexto há a apresentação de diversas disciplinas que fornecem ao futuro administrador público, um ensino plural e completo.

Nos primeiros três períodos, o discente tem a oportunidade de aprender disciplinas que o fornecerão conhecimentos básicos sobre gestão, são estas: Introdução a Administração, Contabilidade Geral I e II, Introdução a Administração Pública, Psicologia aplicada à Administração, Noções de Direito Público e Privado e Direito Administrativo; Conhecimentos que fomentarão a capacidade crítica do aluno em pensar sociedade são disseminados no decorrer do ensino das disciplinas de Sociologia aplicada à Administração e Antropologia Social. No que concerne ao desenvolvimento da inteligência lógico-matemática do aluno, que será requisitada principalmente no eixo de orçamentação e gestão de finanças públicas, ele entra em contato com matérias como: Matemática I, Matemática Financeira, Estatística Básica, Fundamentos de Macroeconomia e Microeconomia e, Teoria da Contabilidade de Custos.

A partir do quarto semestre de ensino as disciplinas passam ser mais específicas para a administração da máquina pública, como: Gestão de Projetos Públicos, Políticas Públicas e Sociedade, Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, Elaboração de Políticas Públicas, Projetos de Cidadania e Inclusão Social. Vale salientar deram robustez à elaboração da proposta aprovada pelo Ministério da Defesa.

1º Semestre	2º Semestre
Introdução à Administração Fundamentos da Macroeconomia Psicologia Aplicada à Administração Matemática I Antropologia Social	Contabilidade Geral I Introdução à Administração Pública Noções de Direito Público e Privado Estatística Básica Fundamentos da Microeconomia
3º Semestre	4º Semestre
Direito Administrativo e Legislação Sociologia Aplicada à Administração Contabilidade Geral II Matemática Financeira Teoria e Contabilidade de Custos	Direito Constitucional I Gestão Estratégica de Pessoas na Administração Pública Introdução às Relações Internacionais Gestão de Projetos Públicos Políticas Públicas e Sociedade
5º Semestre	6º Semestre
Qualidade e Produtividade no Serviço Público Sistema de Informação I Contabilidade Nacional Elaboração de Políticas Públicas Optativa	Planejamento Estratégico do Estado Responsabilidade Socio-ambiental e Sustentabilidade Finanças Públicas Projeto de Cidadania e Inclusão Social Optativa
7º Semestre	8º Semestre
Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Regional Orçamento Público Gestão de Compras e Licitação Projeto de Pesquisa-Ação Gestão de Contratos e Convênios	Administração Municipal Negociação e Arbitragem Estágio Curricular Supervisionado Tutoria de Estágio Curricular Supervisionado Governança na Administração Pública Optativa

**Quadro 5.1 – Matriz curricular**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Projeto Pedagógico do Curso analisado.

## 5.2. O Projeto Rondon, a Matriz Curricular do Curso de Administração Pública e a Extensão Universitária.

Coordenado pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondon é um projeto de integração social, que visa o desenvolvimento sustentável de municípios carentes do país e conta com a participação voluntária de Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de seus estudantes e professores. O objetivo das ações conduzidas pelas IES tem como meta final o bem estar da população em diferentes eixos temáticos dentro de dois grandes conjuntos de ações: A – Educação, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça e B – Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Cada instituição submete suas propostas para um destes conjuntos (ou ambos, sendo avaliações diferentes). Por meio destes dois conjuntos de ações os estudantes universitários têm a oportunidade de vivenciarem distintas realidades nas regiões menos favorecidas do país, podendo, assim, desenvolverem suas habilidades acadêmicas, suas habilidades interpessoais e competências gerenciais na resolução de problemas e conflitos oriundos do contexto real vivenciado por elas.

### 5.2.1. O Processo de Inscrição e Aprovação da Proposta

Alunas do Curso de Administração Pública tomaram conhecimento do Projeto Rondon, através de uma professora que em sua aula explicou o que era e como funcionava o projeto. Por se tratar de uma disciplina que discorria sobre Projetos de Cidadania e Inclusão Social, a docente manifestou o interesse em utilizar o edital lançado pelo Projeto Rondon, como parâmetro para uma avaliação final da disciplina, assim, utilizando as ferramentas a serem aprendidas juntamente com as regras dispostas no edital. Contudo, o prazo para envio da proposta era curto, fazendo que a docente desistisse de tal proposição.

Todavia, algumas discentes da presente turma, viram a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em todo o decorrer da graduação ao elaborar o tal projeto, e de certa forma poder colaborar para o bem estar de uma população carente e também perceberam o quanto essa experiência enriqueceria suas formações profissionais. Então, resolveram levar a ideia adiante e, mesmo inexperientes, as duas alunas acreditavam que seria possível elaborar o projeto com base no aprendizado adquirido nas disciplinas Gestão de Projetos Públicos, Políticas Públicas e Sociedade, Elaboração de Políticas Públicas, Projetos de Cidadania e Inclusão Social ministradas até então.

Com o prazo de vinte dias, as duas estudantes começaram a elaborar o projeto e procuraram um de seus professores para orientá-las, mas, a princípio o mesmo foi cético em relação à formulação de um projeto em tão pouco tempo, todavia, como forma de estímulo às discentes, o professor concordou em orientá-las. Vale frisar que, em regra, os projetos são feitos por professores, não por alunos.

O eixo de atuação escolhido foi o conjunto A (Educação, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça) e assim, as discentes enviaram para o professor, uma primeira versão do projeto, que o deixou surpreso, visto que superou as expectativas que ele possuía em relação a este. Porém, o documento precisou de aperfeiçoamento técnico e acadêmico (tais como: metodologia e formatação) e o docente em seu papel de orientação, forneceu os subsídios necessários para o aprimoramento do projeto.

O prazo final de envio do projeto estava se extinguindo e outras dificuldades foram surgindo. Neste caso, em relação ao envio do projeto. As alunas obtiveram uma série de insucessos na procura do responsável pelo cadastramento da IES no site do Projeto Rondon, quando o localizaram, outro desafio foi encontrado, faltavam documentos importantes da universidade a serem anexados no processo de inscrição e estes documentos, segundo a pessoa responsável, não poderiam ser conseguidos em tão pouco tempo. Porém, com a insistência das alunas e visto a relevância da causa, tais documentos foram obtidos com êxito e a inscrição pode ser efetuada a tempo.

Apesar de todas as intempéries enfrentadas, quando enfim a proposta pode ser enviada, com base em suas experiências enquanto aluno, o docente orientador, fez questão de preparar as discentes, caso o trabalho não fosse aprovado. Contudo, para a surpresa e satisfação de todos os envolvidos, o projeto foi selecionado.

Esse fato, além de trazer imensa satisfação aos que participaram de sua composição, fez com que outros alunos na IES conhecessem e se interessassem pelo Projeto Rondon. Possibilitando assim, a formação de uma equipe multidisciplinar de oito discentes dos cursos: Agronomia, Ciências Biológicas, Pedagogia e Administração Pública. Agora, denominados como Rondonistas.

### **5.2.2. O Trabalho desenvolvido na Paraíba pelos Rondonistas analisado à luz da Matriz Curricular do Curso**

Um dos objetivos centrais do Projeto Rondon é promover inclusão social e o exercício da cidadania e talvez seja por isso que há a possibilidade de verificar a sua intrínseca relação com a disciplina de Projeto de Cidadania e Inclusão Social. Essa disciplina foi determinante não somente por ter sido o meio de contato com o Projeto Rondon, mas também por fornecer grande parte dos princípios norteadores para a criação das ações que iriam compor o projeto. Ao trabalhar o conceito de cidadania e analisar o processo de sua conquista pela população brasileira e por outros países, o discente tem a possibilidade de fazer uma comparação entre o ideal e o real e criar, a partir disso, ações que promovam a inclusão social e o exercício da cidadania por aquela pequena parcela da população desfavorecida.

As atividades realizadas na implantação do projeto que envolveu, principalmente, o eixo da cultura, como as oficinas de ballet clássico, de música e a intervenção artística realizada em um muro de um pequeno estádio municipal tiveram como base a inclusão social. Os estudantes participantes da operação também editaram e imprimiram um livreto com cordéis desenvolvidos por escritores locais, a fim de divulgar e estimular o desenvolvimento da cultura local. Nesse sentido, também foi realizado um festival de cultura e gastronomia na cidade em que aconteceram apresentações de artistas locais por meio de um concurso de poesia, música, dança e gastronomia para a população local.

Para o eixo da Saúde foram preparadas ações que buscaram orientar a população acerca de métodos de prevenção de algumas doenças. Juntamente com a equipe da outra instituição que participava da operação, realizou-se o Dia S de Saúde. A partir dos dados coletados dos pacientes (pressão arterial, circunferência da cintura e peso), foi possível apresentar dicas nutricionais e orientar a população sobre doenças relacionadas à obesidade, visto que obesidade foi um problema identificado no município. Em alguns casos, foi necessário o encaminhamento de moradores ao posto de saúde da cidade, a fim de que, fosse realizada um diagnóstico mais aprofundado do estado de saúde daquelas pessoas.

Alinhando Saúde e Meio Ambiente, foram executadas ações que tinham como objetivo conscientizar a população sobre a falta de cuidado com o meio ambiente e o impacto na saúde. Assim, fez-se uma mobilização pela cidade intitulada “O Funeral do Rio” e a distribuição de calendários informativos nas áreas com maior incidência de doenças resultantes ou relacionadas à falta de saneamento básico. Enquanto no funeral as equipes conscientizavam a população sobre a necessidade de não jogar lixo na beira do rio pois ele estava morrendo (o caixão representava o Rio Paraíba), nos calendários cada mês representava uma forma de combate a uma doença.

A inclusão por meio da Educação foi abordada por meio de oficinas que trabalharam o tema das drogas, a sexualidade e a gravidez precoce com os adolescentes. As ações relacionadas à esses temas abordaram conjuntamente o eixo educação e saúde. Para os professores foi levantada a questão da orientação sexual nas escolas, quando discutiram como o tema pode ser conduzido dentro do ambiente escolar. Para

além disso foram produzidos cartazes que falavam sobre as formas de ingresso à universidade e sobre as grandes áreas do conhecimento, com objetivo de levar de forma prática à população interessada informações necessárias para escolher a sua profissão e ingressar no ensino superior.

As oficinas direcionadas aos agricultores, dentro do eixo dos Direitos Humanos e Justiça, também foram um grande exemplo de como a expressão da cidadania e a inclusão social nortearam a ação dos Rondonistas. Conduzidas, principalmente, pelos integrantes do campo de públicas, elas trataram de conscientizar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, realçar a importância da participação social, explicar aspectos do programa Bolsa Família e informá-los sobre fontes de financiamento para a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar- PRONAF. Essa ação também foi criada com base nos conteúdos trabalhados na disciplina de Políticas Públicas e Sociedade, oferecida no quarto período do curso.

Em Políticas Públicas e Sociedade são estudados tópicos específicos relacionados à criação de políticas públicas no Brasil. Nessa disciplina também é abordada a temática dos conselhos municipais, que foi o assunto de uma oficina direcionada aos gestores do município do município atendido pelo Projeto. Em seguida, os Rondonistas também falaram sobre a elaboração de projetos públicos e as suas formas de financiamento. Esse conteúdo é visto pelos alunos de Administração Pública também no quarto período, na disciplina de Gestão de Projetos Públicos. Para a elaboração e aprovação do projeto enviado ao Ministério da Defesa, essa disciplina foi essencial, pois é com ela que os estudantes do curso de Administração Pública aprendem como elaborar um projeto.

A disciplina de Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, presente na grade do sexto período do curso, desempenha um papel muito importante ao trabalhar o desenvolvimento sustentável e a eficiência no uso dos recursos, uma temática muito atual e que teve grande apelo na elaboração do projeto devido aos problemas identificados no município, como a poluição de um rio importante na cidade. A educação ambiental foi o foco de ações como o Funeral do Rio, na qual os Rondonistas caminharam pela cidade tocando um som fúnebre, com um caixão e carregando cartazes que pediam a conscientização da população em relação ao lixo descartado no rio, pois, do contrário ele morreria.

A sustentabilidade também foi abordada na administração municipal daquele local e foi o tema de uma oficina com os gestores, que relataram os desafios na implementação de medidas sustentáveis no serviço público. Um dos grandes problemas verificados foi o desperdício de energia elétrica em uma das escolas do município. Com isso, os alunos apresentaram aos participantes a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, um programa do Ministério do Meio Ambiente que incentiva a adoção de medidas sustentáveis no setor público. Os servidores discutiram ideias sustentáveis e o assunto foi levado até a rádio da cidade para que o restante da população também ficasse mais atenta à forma de utilização dos recursos naturais.

No decorrer da disciplina de Elaboração de Políticas Públicas, os alunos estudam detalhadamente o ciclo das políticas públicas e sabem, a partir disso, que a visibilidade de um problema e a sua concepção como público é uma das primeiras etapas para a criação de uma política que o tente solucionar ou diminuir o seu impacto sobre a sociedade. Desse modo, como estudantes universitários trabalhando voluntariamente, interferindo em uma realidade diferente da usual para colocar todo o seu conhecimento em prática e pretendendo de alguma forma promover o bem-estar e o desenvolvimento da população local, os alunos pontuaram questões vistas pelo grupo como problemáticas a serem discutidas e posteriormente transmitidas aos gestores públicos daquela cidade.

A última oficina realizada pela equipe durante o decorrer do projeto teve o objetivo de dar um feedback aos gestores da cidade sobre essas questões observadas no município durante as duas semanas e consideradas mais relevantes pelos Rondonistas. Ao levar os tópicos para um debate com os tomadores

de decisão, se pretendeu mostrar assuntos que necessitam de visibilidade por parte do poder público, como por exemplo: a carência de programas que visam a saúde bucal das crianças, a falta de assistência as vítimas de violência sexual infantil e a deficiência da assistência técnica da EMATER à grande demanda de agricultores do município.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelos profissionais do campo de públicas são muitos, principalmente pelo fato de trabalharem para a sociedade, a qual apresenta altíssima complexidade, envolvendo questões políticas, econômicas, ambientais, históricas, entre infinitas outras. Por isso, o caráter multidimensional presente na formação de futuros gestores públicos é uma característica essencial para que este possa ter um entendimento geral dos fenômenos e consiga lidar com as questões que lhe serão apresentadas durante a sua vida profissional. O constante processo de evolução da sociedade e, conseqüentemente, de tudo o que a cerca, dentre outros motivos, faz necessária a frequente revisão da grade curricular dos cursos do campo de públicas, a fim de aperfeiçoá-las.

A matriz do curso aqui analisada, utilizada como uma das técnicas para realização deste trabalho apresenta disciplinas que fornecem as bases necessárias para a formação de um profissional competente, mas também deve ser questionada, buscando seu aprimoramento contínuo. Atentando-se para essa questão se vê necessária a contribuição dos alunos para uma análise mais qualificada.

Composta por dois eixos de conteúdo, um de formação básica - que contempla disciplinas que visam propiciar ao aluno uma visão geral dos aspectos multidimensionais que caracterizam a Administração Pública, e outro de especialização - que é direcionada em dois eixos de formação (Elaboração e Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Orçamento e Finanças Públicas). Apesar de a grade ter se mostrado eficiente no que diz respeito a preparação de discentes para formulação de propostas que visam uma intervenção de melhorias junto a sociedade, ainda apresenta algumas ausências como disciplinas de formação política do indivíduo, por exemplo, Ciência Política, que compreende um conteúdo de altíssima relevância para profissionais do campo de públicas.

Quanto ao conjunto de matérias optativas, há uma pequena, quase ínfima, oferta de disciplinas específicas da área pública (Tópicos Especiais de Administração e Gestão Pública e Sistemas de Informação II - Aplicados à Adm. Pública), com a presença de assuntos característicos de outras formações, como Análise das Demonstrações Contábeis e Introdução à Segurança no Trabalho. Contudo, seria mais válido que as disciplinas optativas abrangessem as áreas afins da carreira de um administrador público, como saúde, educação, habitação, transporte, segurança, entre outras, para que o graduando tenha a oportunidade de conhecer mais a fundo os setores no qual ele pode optar por uma especialização.

Os resultados mostram que sim, os discentes do curso de Administração Pública estão preparados para desafios como os apresentados pelo Projeto Rondon, no qual o estudante é estimulado a colocar a criatividade em prática para criar ações que promovam o desenvolvimento local das regiões brasileiras menos favorecidas, de acordo com o seu diagnóstico e com o conjunto de eixos a serem trabalhados.

Vale ressaltar que o desenvolvimento local, voltado para promoção de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos que receberam o Projeto Rondon em sua cidade, foi fomentado por meio das ações do conjunto A (Educação, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça). Visto que as atividades promovidas pelo Conjunto B (Trabalho, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Comunicação) foram voltadas para estimular a geração de renda do local. Assim, mostrando o quanto essa intervenção de caráter extensionista incita e dá sentido ao conceito amplo de desenvolvimento local.

As bases oferecidas pelo curso de Administração Pública, para a elaboração do projeto e a sua aprovação

fundamentam que a IFES beta está formando profissionais competentes, capazes de aplicar a teoria em uma realidade desconhecida pela maioria. A partir da execução do projeto e das mudanças ocorridas dentro do planejamento, há um grande aprendizado, pois é quando se requer um maior posicionamento dos membros da equipe e a criação de soluções imediatas para os problemas que vão surgindo. Tudo isso faz do Projeto Rondon uma experiência indescritível para o estudante, para o futuro profissional.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. (2014b). *Resolução nº 1, de 13 de janeiro 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.
- BUARQUE, S. C. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CRUZ, B.P.A; MELO, W.S; MALAFAIA, F.C.B; TENÓRIO, F.G. *Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior*. In. XXXIV Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, 2010.
- ESCUADERO, C. S.; LIRA, I. S. (2013). *Metodologia para elaboração de estratégias de desenvolvimento local*. CEPAL – Serie Manuales. N. 76, 2012.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- GIL, A. C.; OLIVA, E. C.; SILVA, E. C. *Desenvolvimento da Regionalidade: Novo Campo da Administração*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI. Rio de Janeiro, ANPAD, 2007.
- HAN, G. W. S. (2009). *Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica. Vitrine da Conjuntura*. v.2, n.2, Curitiba, 2009.
- MARTINS, S. R. O. (2002). *Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.
- MARTINS, R.D; VAZ, J.C; CALDAS, E.L. *A Gestão do Desenvolvimento Local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território*. Revista de Administração Pública. 44(3): 559-90, MAI/JUN. 2010.
- MINISTÉRIO DA DEFESA (2014). *Projeto Rondon*. Disponível em:<<http://projektorondon.pagina-ficial.com/portal/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.
- NERLING, Marcelo Arno. *Projeto A Cidade Constitucional Capital da República*, IX, Brasília, 2015.
- NUNES, A. L. P. F; SILVA, M. B. C. (2011). *A extensão universitária no ensino superior e a sociedade*.

*Mal-estar e Sociedade*. Ano IV, n. 7, p. 119-133, 2011.

OLIVEIRA, F (2001). *Aproximações ao enigma: O que quer dizer desenvolvimento local?*. São Paulo; Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PAULA, A. P. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, jan-mar 2005..

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências*.

SANTOS, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

YÁÑEZ, C. J. N. (1997) *Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento*. *Análise Social*. vol. XXXII (143-144), 1997 (4.º-5.º), 901-912.